

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Marcelo de Assis Mendes

A TRAJETÓRIA DO PROCESSO LIBERAL

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luciano Caldas Camerino.

Juiz de Fora
2016

A TRAJETÓRIA DO PROCESSO LIBERAL.

THE PATH OF THE LIBERAL PROCESS

Marcelo de Assis Mendes¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo traçar, dentro de uma linha histórica, a trajetória do liberalismo, que tem o seu cerne na Inglaterra, com uma forte ligação entre a religião e o trabalho. Essa filosofia começa a se delinear com a Carta Magna de 1689, consagrada de um dos mais importantes documentos da nossa era moderna, como o embrião do Estado de Direito. Passando por John Locke, Immanuel Kant, Alexis de Tocqueville e, para culminar, em Karl Popper, que vê no humanismo uma forma de melhorar as relações humanas, como também vertente para o bem e mediador de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Liberalismo, liberdade, propriedade, opinião pública e trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to draw within a historical line the path of liberalism, which has its heart in England with a strong link between religion and work. This philosophy begins to take shape with the Magna Letter of 1689, consecrating one of the most important documents of our modern era as an embryo of the state under the rule of law. Passing by John Locke, Immanuel Kant, Alexis de Tocqueville, culminating in Karl Popper, who sees humanism a way to improve human relations, as well as a way to reach a welfare state and a conflict mediator.

KEYWORDS: Liberalism, liberty, property, public opinion and work.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem apresentar, num primeiro momento, o liberalismo clássico, considerando os ingleses que tiveram que se adaptar diante de novos tempos que surgiram. Liberais como John Locke, que tinha como fonte o trabalho, que levava à acumulação de bens. E, por conseguinte, fazia as pessoas se associarem em seus governos para a conservação da propriedade. Segundo Locke, o trabalho era a única coisa inalienável que Deus deu ao homem. A liberdade e a propriedade eram bens que deveriam ser protegidos por leis. Assim o fruto do trabalho era a propriedade, que deveria ser protegida pelo Estado Liberal. Logo depois, passaremos a Immanuel Kant. Kant inaugura uma nova fase, onde o Estado não tem fim próprio, mas tem seu fim nas ideias múltiplas de seus indivíduos. Depois abordaremos Alexis de Tocqueville que, diante de sua experiência liberal, viu a ascendência do despotismo absolutista em Napoleão. A união de ideias revolucionárias de liberdade, fraternidade e igualdade poderiam levar a coisas que não inspiram a própria liberdade. Tocqueville, como sociólogo, percebe o que eram as democracias e para onde elas podem caminhar em governos despóticos. Nutria uma admiração pela América, pois ela conseguiu conciliar liberdade e a democracia. Na segunda parte, vamos ver o pensamento de Karl Popper, um defensor do liberalismo.

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: correioeletronico@uff.edu.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dr. Luiz Caldas Camerino.

2. O LIBERALISMO CLÁSSICO

2.1 John Locke

Locke foi o primeiro a pensar o poder, na visão liberal, como uma representação, que só poderia ser feita no parlamento inglês pelos proprietários de terras, que por consequência só se pode atingir através do trabalho ou da herança; o trabalho possibilita ao homem se apropriar de uma parte das terras comuns e adquirir propriedade. Porém, o termo liberalismo não foi criado por Locke e, sim, foi empregado pelos conservadores ingleses. Em 1689, o Parlamento Inglês vota a Carta Magna da declaração dos direitos, que se tornaria o embrião do Estado de Direito. Afirma-se, desde então, a supremacia do Parlamento, estabelecendo-se, em definitivo, a obrigatoriedade do monarca pertencer à Igreja Anglicana.

Locke cursa medicina, e se torna médico de Anthony Ashley Cooper, Lord Shafstesbury, grande líder liberal, tornando-se seu amigo e assessor. Com isso, participa da confecção de uma constituição para Carolina, uma colônia Inglesa na América do Norte. Shafstesbury vai para o exílio depois de ser destituído por Carlos II, e Locke o acompanha e, depois de sua morte, assume a coordenação do que viria a ser a Revolução Gloriosa de 1689. É com isso que ele formula as bases das ideias liberais, o *Segundo tratado sobre o Governo Civil*, que culminaria na sua obra mais fundamental, *Ensaios sobre o entendimento humano*.

As suas ideias centrais são: “o fim capital e principal em vista do qual os homens se associam nas repúblicas, e se submetem aos governos, é a conservação de sua propriedade” (PAIM, 1987, p. 16) - no seu estado de natureza, o homem tinha carência de certas condições para chegar aos seus objetivos. A saber:

1º Uma lei estável, fixa, conhecida, que um consentimento geral aceite e reconheça como critério o bem e do mal e como medida comum para estatuir sobre todos os defensores; 2º Um juiz conhecido de todos e imparcial, que seja competente para estatuir sobre todos os deferendos segundo a lei estabelecida; 3º Em apoio da decisão, falta sempre à potência para impor quando ela é justa e colocá-la em execução da forma devida (PAIM, 1987, p. 16).

Isso faz o homem renunciar às suas disputas em benefício da sua própria conservação nos limites da lei natural, e de punir infrações contra esta lei. Passando ao poder legislativo, o poder por excelência do povo.

Para que o estado de natureza seja superado, deve:

Quem quer que detenha o poder legislativo, ou supremo, de uma sociedade política, deve governar em virtude de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não em decorrência de decretos improvisados; deve governar por intermédio de juízes íntegros e imparciais, que resolvam os deferendos em conformidade com as leis; não deve utilizar a força da comunidade, no interior, senão para assegurar a aplicação daquelas leis e, no exterior, somente para prevenir ou reparar ataques dos estrangeiros e manter a comunidade ao abrigo das incursões e da invasão. Tudo isto não deve ter em vista nenhum outro fim além da paz, a segurança e o bem publico do povo (PAIM, 1987, p. 17).

Locke fala que é evidente que usar a racionalidade para se colocar numa situação pior é inconcebível. Em seu estado de natureza, o homem guarda apenas a propriedade de sua própria pessoa, porquanto a terra e todas as criaturas inferiores foram por Deus doadas aos homens em comum. Existe determinação do indivíduo para que ele possa se servir dos meios apropriados.

Assim, “esse meio será o trabalho, através do qual o homem se apropria de uma parte das terras comuns e adquire um indiscutível direito de propriedade” (PAIM, 1987, p 17).

O trabalho nos dignifica e nos torna proprietários, diante do fruto do nosso esforço na terra. No que se refere à terra, a natureza regulou e mediou o trabalho e a condição humana. A primazia é que o trabalho é a única coisa inalienável que Deus deu ao homem, onde criou as necessidades materiais que requeriam o desdobramento destas potencialidades ou capacidades de trabalho, pois o trabalho tem o poder de dar a toda coisa o seu valor.

Com isso, a acumulação de bens não é mais uma afronta à religião (anglicana protestante inglesa), e se torna altamente dignificante. A atividade produtiva dos homens levava muitas das vezes ao excedente do que seria capaz de consumir, mas isso não seria visto com bons olhos pela Igreja. Cabia dar um destino mais durável ao excedente, trocando-o por materiais mais duráveis, como pedras e metais preciosos. Como a ideia, também, de que no legislativo a classe proprietária é que deveria se fazer representar, porque o que regulava

isso era o nível de renda das pessoas naquela época. Mas essa ideia ao longo do século XIX foi sendo modificada com as “reformas eleitorais inglesas”, num caminho de democratização da ideia liberal, com o direito de outros grupos de se fazerem representar no parlamento.

2.2 Immanuel Kant

Immanuel Kant (1724-1804) nasceu em Königsberg, Prússia Oriental. Tornou-se um marco do pensamento moderno.

Para Kant, a concepção do Estado liberal estava intrinsecamente ligada ao problema do conhecimento, como a questão da moralidade está ligada à organização social. Nas grandes nações, a questão moral sempre foi sua pedra fundamental, como forma de convivência social. Kant inaugura uma nova reflexão diante dos códigos de conduta como, por exemplo, o cristão. Tal código está fundado numa revelação e, por isso, não é considerado como construção racional humana. O pensador nos fala que, para conhecer uma sociedade, basta conhecer os seus ideais que dão origem a uma constituição. O ideal de moral e razão kantianos ultrapassa a história do cristianismo primitivo, levando essa ideia a um patamar onde o valor individual e a moralidade agora independem de crença para, assim, ser possível fundar o Estado Liberal. “O fundamento moral, da razão, realizado por Kant, ultrapassa a tutela histórica do mosaísmo e do cristianismo primitivo para chegar à moralidade e ao valor individual independente da crença e assim ser possível fundar o Estado Liberal” (PAIM, 1987, p. 25).

Ele foi um dos primeiros pensadores a formular que o Estado não tem fins próprios. Segundo ele, o Estado tem seus fins nas idéias múltiplas de seus indivíduos.

Veja-se a sua metáfora do Estado Protetor:

O Estado não tem o objetivo de dirigir os seus súditos para este ou aquele fim, mas vigiá-los para que na busca de seus próprios fins não entrem em conflitos. O Estado tem por sua finalidade não a busca da felicidade de seu povo, como todo mundo pensa, mas o bem público, que acima de tudo deve ser levado em consideração, é precisamente a constituição legal que garante a cada um sua liberdade através da lei; com isso continua lícita para ele a busca de sua própria felicidade por meio do caminho que lhe parece melhor, sempre que não viole a liberdade geral em conformidade com a lei e, portanto o direito dos outros consorciados (PAIM, 1987, p. 26).

Segundo Kant, a boa forma de governo seria a republicana, mas devemos observar a definição de república, que não se limita ao contrário da monarquia, pois a monarquia pode ser republicana, mas deve se libertar da forma despótica ou absolutista. A república em Kant combate o despotismo e não a monarquia, ela não se confunde com a democracia, pois esta pode ser o despotismo; a república liberal de Kant seria a forma de governo que trataria o povo segundo as leis de liberdade.

E para que isto possa se efetivar, o governo teria que ter três pilares de vontade geral. O primeiro é o poder do soberano, que reside na pessoa do legislador; o segundo, no executivo, na pessoa que governa e, por fim, o poder judiciário, na pessoa do juiz.

Na época de Kant o liberalismo, no que se refere a direitos políticos, já estava reservado aos proprietários. Kant inova numa racionalização diante do fato de quem deveria participar da política. Em primeiro, Kant vai determinar quem são os cidadãos, dentro de critérios de liberdade, igualdade e independência.

Diante disto, todos estão livres sob a jurisdição de um Estado, são livres desde que este (Estado) não intervenha na meta de vida traçada em liberdade. Isso nos leva à igualdade formal, onde todos são iguais entre si perante a lei, porque não há coação de ambas as partes. Logo a igualdade formal diz: cada um pode ascender na sociedade, seja culturalmente ou economicamente, pois desde Locke já estava estabelecida a igualdade formal desde o nascimento. No Estado todos têm a liberdade e igualdade, mas a independência, segundo Kant, deve ser conquistada também através do trabalho e não em conformidade com o liberalismo inglês, que era com a propriedade privada.

Para Locke, a transição do estado de natureza para o estado civil vem naturalmente do interesse de se estabelecer regras para sair de um conflito de várias ideias, para se estabelecer leis que harmonizem no Estado de Direito. Kant levanta a ideia de que todos os interesses são extensivos a todos independentemente do valor de seus interesses.

A união de muitos para qualquer fim comum [...] é encontrada em qualquer pacto social; mas uma união que seja fim em si mesma (fim que cada um deve ter) e que, portanto, constitua o primeiro dever incondicional de qualquer relação externa dos homens em geral [...] é encontrada somente numa sociedade que esteja no estado civil, ou seja, a ponto de constituir-se em um corpo comum. O fim que em tal relação externa em si e é também a suprema condição formal, de todos os outros deveres extremos, é o direito dos homens a se constituírem sob o império de leis públicas coercitivas, segundo as quais possa ser reconhecido para cada um o seu e cada um possa ser garantido contra qualquer atentado por parte dos outros. (PAIM, 1987, p.30)

Com isso tudo, a democratização total ou um governo de todos seria possível, pois a cidadania ainda não era extensiva a todos. A ideia de uma democracia para todos (universal), ou seja, um governo de todos, ainda não existe.

Quem é o cidadão para Kant? O cidadão é aquele que, pela lei, tem seu direito de voto garantido. Porém, a cidadania não se constitui um direito a todos da comunidade – depende de critérios de avaliação de competência e qualificação que habilitem o cidadão a exercer determinadas funções. São dois os critérios para isto: um está ligado a uma ordem natural, mulheres e crianças não podem votar. O outro está ligado ao homem, senhor de si e que tenha alguma habilidade, ofício, talento ou conhecimento científico que possa mantê-lo.

2.3 Alexis de Tocqueville

Tocqueville era aristocrata por nascimento, nasceu em 29 de junho de 1805 em Paris e faleceu em 16 de abril de 1859. Conhecia o império das tendências igualitárias que se caracterizava em todo o mundo civilizado, particularmente nos Estados Unidos e na França pós-revolucionária. Mas ele temia a ascensão de uma sociedade manipulada por uma nova classe ideológica de burocratas ambiciosos, governada por um Estado tirânico. Tocqueville, inspirado pela experiência napoleônica, receava a ascensão de um regime totalitário com o seu despotismo absolutista que caracterizava as monarquias dos séculos XVII e XVIII.

Tocqueville declara, em sua obra *De La Démocratie em Amérique*, que há dois governos bem diferentes e fala:

As conquistas dos americanos foram feitas pelo arado; as dos russos pela espada. O anglo-americano confia no interesse pessoal para alcançar seus propósitos e se abre ao livre jogo da força e bem-comum do povo; o russo centraliza toda a autoridade social num único braço. O instrumento do primeiro é a liberdade; do segundo, a escravidão. Seu ponto de partida é diferente e o caminho não é o mesmo. Entretanto, cada um parece marcado pela vontade divina para dirigir a metade do globo. (PAIM, 1987, p. 46)

Ele temia a emergência de uma sociedade que seria manipulada por ideólogos sem uma consciência liberal e por burocratas gananciosos, e governada por um Estado totalitário que impõe a tirania de uma maioria demagógica.

Tocqueville sabia o que a democracia podia fazer quando conciliava ideias revolucionárias de liberdade, igualdade e fraternidade. Ele viu que a democracia se encontrava modificada em Estados despóticos, no terreno da política externa e da defesa militar.

Tocqueville, sendo um sociólogo, determinou as diferenças que poderiam surgir dos tipos de democracia, onde podem caminhar tanto para a liberdade como para o despotismo. Ele considera o termo *democracia* para sociedades que são livres e abertas do Ocidente, com regime pluripartidário, eleições periódicas, imprensa livre, sistema representativo etc.. A democracia na sociedade aberta ocidental dá prioridade à liberdade na política e na economia, dando uma mobilidade para cima e baixo. A democracia totalitária restringe direitos e é inflexível nas liberdades.

3. LIBERALISMO DE KARL POPPER

Karl Popper é a principal referência da filosofia da ciência do século XX contemporânea e revela um dos pensadores mais fecundos de nosso tempo.

Algumas referências biográficas poderão ser úteis para situar o filósofo em seu contexto. Karl Raimund Popper nasceu em Viena, em 1902. Estudou matemática, física, filosofia e psicologia, obtendo seu doutorado em

1928, na Universidade de Viena. Casou-se em 1930, imaginando que sua carreira seria definida pela dedicação ao ensino secundário de matemática e física. Porém, foi estimulado a apresentar para publicação as ideias que havia discutido com alguns intelectuais de Viena, inclusive com membros do Círculo de Viena. Assim nasceu sua primeira obra, *Logik der Forschung* (A lógica da pesquisa científica), em 1934, que veio a público apenas em 1959. Nos anos seguintes, Popper fez uma série de viagens a convite de algumas universidades europeias e norte americanas, realizando conferências e divulgando sua obra. Em 1937, por ser filho de família judia, fugiu da perseguição nazista, emigrando com a esposa para a Nova Zelândia, onde permaneceu até o final da Segunda Grande Guerra. No início de 1946, partiu para a Inglaterra, para assumir a cadeira de “Lógica e Método Científico”, na *London School of Economics*. Membro da Royal Society, tornou-se Sir em 1965. Aposentado em 1969, foi eleito Professor Emérito da Universidade de Londres. Desde então, nunca deixou de estudar, escrever e fazer conferências em todo o mundo. Continuou a viver de forma simples e modesta, nas proximidades de Londres, até sua morte, ocorrida em 1994.

Popper é reconhecido pela originalidade de sua posição filosófica acerca da ciência. Desenvolveu uma abordagem crítica em relação à tendência positivista. Para Popper, nosso conhecimento é sempre passível de erro. Desse modo, propõe a falseabilidade como critério crítico entre teorias científicas. Para tanto, Popper sugere que a construção de teorias científicas se apoie não mais na lógica indutiva, cujo problema ele afirma ter resolvido, mas na lógica dedutiva, em razão da assimetria lógica que descobre entre indução e dedução: enquanto, na indução, muitos casos particulares não conseguem provar a verdade de uma teoria, na dedução um só caso consegue provar sua falsidade. Popper sustenta, então, que o que permeia a racionalidade científica é a atitude crítica, mais preocupada com a busca da verdade do que com a defesa de teorias que possam sustentá-las. Popper fala que o pensamento científico se assemelha a um rio em que, às vezes, encontramos um porto seguro. O racionalismo crítico de Popper coloca-se frontalmente contra alguns pensamentos: a Psicanálise de Freud, o Marxismo e o Positivismo. O pensamento popperiano assenta-se na compreensão dos limites do conhecimento humano, de sua falseabilidade, e da absoluta falta de condições de se estabelecer um critério de verdade.

Desse modo, Popper propõe a falseabilidade como critério de demarcação entre teorias científicas, de um lado, e teorias não científicas, de outro. Popper sugere que a construção de teorias científicas se apoie não mais na lógica indutiva, mas na lógica dedutiva, em razão da assimetria lógica que descobre entre indução e dedução: enquanto, na indução, muitos casos particulares não conseguem provar a verdade de uma teoria, na dedução um só caso consegue provar sua falsidade. Com efeito, teorias de Popper devem ser apresentadas como conjecturas ousadas a serem submetidas a testes rigorosos com o intuito de falseá-las ou confrontá-las, mas, jamais, de verificá-las ou confirmá-las de modo absoluto. Popper então diz que o que distingue a racionalidade científica é a atitude crítica, mais preocupada com a busca da verdade do que com a defesa de teorias que possam eventualmente ocultá-la ou dela se afastar.

No ensaio *A Opinião Pública e os Princípios Liberais*, Popper discute os limites sob os quais estão fundadas uma opinião que é baseada em crenças e voz popular. Popper nos mostra que só através do livre debate é que podemos atingir a “verdade”. A verdade não é evidente, nem fácil de alcançar. A prova da verdade exige, pelo menos: 1º imaginação; 2º um processo de tentativas; 3º a descoberta gradual dos nossos preconceitos, por meio da imaginação e do processo de tentativas, bem como da discussão crítica (POPPER, 1972, p. 384).

Popper nos alerta que, se tivermos a disposição para nos propormos ao debate, numa tentativa de compreensão do que os outros nos dizem, podemos produzir tão grande número de pontos de conflito quanto pudermos para chegarmos perto de um consenso.

Tal concepção ética terá reflexos no pensamento político de Popper. Expressão disso é a crítica popperiana aos regimes totalitários e às filosofias políticas que conduzem ao totalitarismo que, em sua opinião, estão expressas, sobretudo no pensamento de Platão, Hegel e Marx.

Por isso que o Nazismo e o Fascismo, para Popper, eram expressões de uma forma de governo Totalitário, apesar de terem sido vencidos. Segundo Popper, os seus fantasmas estavam ainda rondando as democracias, mas há uma esperança de que este tipo de violência possa ser vencida e superada. A concepção popperiana de racionalidade crítica vai se opor, de igual modo, a todas as expressões filosóficas obscuras, que fogem da simplicidade e da clareza, virtudes que devem ser a marca do discurso de todo intelectual, segundo Popper.

Popper acredita que é possível evitar a violência, na proporção em que praticarmos uma atitude razoável ao lidar com as pessoas na sociedade. Qualquer outro tipo de atitude levará a violência. Popper crê que o seu racionalismo não é dogmático. Popper admite a incapacidade de provar racionalmente, mas prefere o

racionalismo e dizer não a violência. Popper diz que seu racionalismo não se sustenta a si próprio, mas numa crença irracional na atitude razoável. Popper também não vê como avançar além disso. Nada mais que um ato de fé na razão humana ou, em outras palavras, “acredito no homem”.

Para Popper, no que se refere ao Estado, as pessoas precisam ser cuidadosas em fazer a distinção entre os fins últimos e os fins intermediários, já que os intermediários são os meios usados para atingir os primeiros (POPPER, 1957, p. 157).

Popper não acredita na reconstrução de uma sociedade de acordo com uma única mente humana. Para Popper, qualquer proposta para a sociedade como um todo, na construção de uma sociedade como se ela fosse um projeto, pode criar tirania e gerar a privação de liberdade individual; o projeto totalitário pode desconsiderar aspectos específicos da vida das pessoas, de suas instituições e tradições.

Para Popper, cultura, tradição e instituições sociais são elementos para o desenvolvimento de uma teoria institucional do progresso. Porém, esse desenvolvimento requer o descobrimento de quais são as condições necessárias para o progresso, tentando imaginar ao mesmo tempo aquelas condições nas quais ele poderia não ser atingido. O progresso científico e industrial pode ser atingido por meio de instituições sociais – dentre elas, a linguagem, a escrita e o método científico – considerando-se que a ciência e o progresso científico são resultado “da competição livre do pensamento” (POPPER, 1945, p. 87).

Uma sociedade aberta, como defende Popper, desenvolve a liberdade individual e as instituições políticas participativas e não autoritárias, ou seja, as pessoas podem participar livremente nas diversas decisões sociais como agentes críticos e responsáveis. Isso é possível porque tal sociedade confia na democracia e nas tradições, valoriza o debate crítico e o racionalismo crítico.

Popper acredita na realização contínua de reformas sociais ou de engenharia social. Para evitar o plano total baseado num conhecimento certo e único, Popper sugere que a engenharia social pode ser executada via tecnologia social. Essa tecnologia pode ser entendida como uma forma modificada de conhecimento mais modesto. Ainda para prevenir uma possível comparação com o planejamento coletivista social, Popper adiciona o termo “gradual” ao conceito de tecnologia social.

Popper sugere que a tecnologia social gradual não exclui os problemas teóricos que podem aparecer junto com os problemas práticos. Porém, ela nos auxilia na seleção dos problemas, impondo disciplina em nossa inclinação especulativa, e forçando-nos a submeter nossas teorias a padrões definitivos como a clareza e a testabilidade prática (POPPER, 1944, p. 120).

A tecnologia social gradual que Popper (1957, p. 158) sugere está fundada em instituições simples, tais como o cuidado com a saúde, o seguro desemprego e a reforma educacional, e adota um plano mais modesto para a sociedade. Para ele Popper, a principal tarefa dos engenheiros sociais graduais é desenhar as instituições sociais (POPPER, 1944, p. 122-3).

Popper vincula seu pensamento político ao seu método científico, uma vez que a engenharia social gradual significa uma abordagem racional e crítica para a conduta política e a intervenção social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, com o presente artigo, que diante de certos fatos históricos é que o Liberalismo floresceu. Tais fatos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial tiveram relevância para que isso acontecesse.

Isso incentiva nossos pensadores a ter visões diferentes entre os pensadores, mas sem perder o pilar do pensamento Liberal que é a propriedade privada.

John Locke se baseia no estado de natureza humana que poderia levar ao conflito por causa do capital se associar nas repúblicas, e a que se submetem os governos, que é a conservação da sua propriedade. E para que isso pudesse se concretizar, só através do trabalho. O trabalho seria através do qual o homem se apropriaria de uma parte das terras comuns e do indiscutível direito de propriedade. E aqueles que participavam das decisões eram chamados de cidadão – na visão de Locke, era aquele que tinha o direito de propriedade, mas também isto era regulado pelo nível de renda que se tinha.

Immanuel Kant vê o Estado Liberal ligado ao problema do conhecimento, como a questão da moralidade está intrinsecamente ligada à organização social. Foi um dos primeiros pensadores a formular que o Estado não tem fins próprios, mas nas ideias múltiplas de seus indivíduos. Para Kant, a forma de governo ideal seria a republicana, pois trataria o povo segundo leis de liberdade. E para isso se concretizar, seria fundada em três pilares: poderes legislativo, executivo e judiciário. Para Locke, a transição do estado de natureza para o estado civil vem do natural interesse de se estabelecer regras para si de um conflito de várias ideias, para se estabelecer leis que harmonizem no estado de direito. Kant levanta a ideia de que todos os interesses são

extensivos a todos independentemente do valor de seus interesses. Para Kant, o cidadão é aquele que tem o seu direito de voto garantido. Mas também é aquele que depende de critérios de avaliação de competência e qualificação que habilitem o cidadão.

Alexis de Tocqueville vê no povo americano que o inspirou diante de suas lutas e conquistas. Apesar das conquistas que as democracias tiveram – desenvolvimento, justiça e o bem estar do povo, sendo as nações mais prósperas, livres e poderosas do mundo – Tocqueville sabia o que poderia acontecer com estas nações quando governadas por governantes despóticos. Uma de suas frases célebres: “As conquistas dos americanos foram feitas pelo arado; as dos russos pela espada” (PAIM, 1987, p. 46). Para Tocqueville, a diferença faz parte de um governo liberal e democrata, pois todos somos desiguais. A igualdade só pode existir coercitivamente pela lei. A primeira igualdade é a legal, a segunda é a da oportunidade para todos e a terceira igualdade é a econômica.

Karl Raimund Popper é um dos pensadores mais fecundos do século XX, desenvolveu uma abordagem crítica das tendências positivistas, dentro da filosofia da ciência. Para isso, propõe a falseabilidade como critério de demarcação entre teorias científicas e não científicas. Para Popper, a verdade não é evidente e não é fácil de alcançar. Mas, para isso, devemos ter imaginação, um processo de tentativas e a descoberta gradual dos nossos preconceitos. Uma sociedade aberta, como defende Popper, desenvolve a liberdade individual e as instituições políticas participativas e não autoritárias, ou seja, as pessoas podem participar livremente nas diversas decisões sociais como agentes críticos e responsáveis. Popper acredita na realização contínua de reformas sociais ou de engenharia social. Nesta engenharia social, Popper mostra que os problemas existem, mesmo nesta engenharia, mas podemos experimentá-los e ver qual melhor saída. Esta engenharia ou tecnologia social trabalha com instituições simples: o cuidado com a saúde, o seguro desemprego e a reforma educacional.

REFERÊNCIAS

PAIM, Antonio. **Evolução Histórica do Liberalismo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de (org.) **Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e Refutações**. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.

POPPER, Karl Raimund. **The Poverty of Historicism, II. A Criticism of Historicist Methods**. [S.l.]: Economica, 1944.

_____. **The Poverty of Historicism, II**. [S.l.]: Economica, 1945.

_____. **The Open Society and Its Enemies**. Vol. I. London: Routledge e Kegan Paul LTD, 1957.